

HETERONOMIA, ESTADOS DESENVOLVIMENTISTAS AFRICANOS E O TRABALHO DE MORTE NEOLIBERAL

Tainah Pereira

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir a heteronomia como um dos pré-requisitos para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Em seu ensaio Necropolítica, Achille Mbembe expõe de maneira brilhante a correlação entre o desgaste programático das habilidades dos Estados africanos e as consequências deste movimento: fragmentação territorial e instabilidade monetária. No mesmo sentido, o professor Thandika Mkandawire, propõe uma revisão da experiência dos Estados desenvolvimentistas em África, considerando a escassez geral de liquidez, a concentração das fontes de recursos para o financiamento do desenvolvimento e as condições cada vez mais inflexíveis de acesso à moeda de transação internacional, o dólar. Essas são, como aponta Mbembe, ferramentas do neoliberalismo para a constituição de um vínculo político com a sua própria razão, privilegiando de forma indiscutível as instituições de Bretton Woods: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Yilmaz Akyüz e Charles Gore examinam dados dessas organizações para analisar o impacto desse enquadramento político-econômico dos Estados africanos e como isso comprometeu seu desenvolvimento, sobretudo em relação a agricultura no continente.

Palavras-chave: heteronomia, neoliberalismo, desenvolvimento, necropoder.

Abstract: This paper aims to discuss heteronomy as one of the pillars of modern capitalism. In his essay, Necropolitics, Achille Mbembe demonstrates the correlation between the programmatic erosion of African States and its consequential territory fragmentation and monetary instability. Correspondingly, professor Thandika Mkandawire proposes a revision of the development theory and experience in Africa. He considers for that the shortage of dollars that constraint financing development in the continent. Also, the measures advised by World Bank and International Monetary Fund for Africa reinforce the political vinculation with neoliberalism. Finally, we expose data that were analysed by professors Yilmaz Akyüz and Charles Gore to demonstrate the impact of this political and economic framework in African peoples lack of food and other resources.

Key words: heteronomy, neoliberalism, development, necropolitics.

1. INTRODUÇÃO

Diversos trabalhos empíricos e/ou empírico-teóricos publicados nos últimos anos têm apontado para a necessidade de se revisar experiências coloniais a fim de entender as raízes dos processos de (re)configuração da ordem democrática ocidental que se tornou hegemônica à medida que o sistema de produção capitalista avançou pelo mundo.

Trabalhos dessa natureza são importantes porque certificam as contradições existentes entre a promessa de progresso que justifica o engajamento no neoliberalismo e a manutenção, por outro lado, de uma estrutura muito constritora do aperfeiçoamento das democracias.

Nesse sentido, Achille Mbembe traz em *Necropolítica* pertinente crítica à supervalorização da democracia normativa liberal na modernidade e as diversas consequências desse encadeamento. No caso particular dos Estados africanos, Mbembe ressalta que o exercício de soberania dos Estados coloniais sempre objetivou a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11).

Quase três décadas antes, Walter Rodney já apontava nessa mesma direção, ainda que de uma perspectiva diferente. Ao analisar o processo de desenvolvimento dos países do Centro e o simultâneo subdesenvolvimento dos demais que os contornavam, o autor destaca a importância crescente que tem a capacidade de um Estado de regular as suas relações internas e externas para se desenvolver.

De viés marxista, o diagnóstico de Rodney (1975) para o subdesenvolvimento africano baseia-se na ‘lei do desenvolvimento desigual das forças produtivas’, que assinala a relação particular de exploração de um país por outro. Assim, o subdesenvolvimento seria o produto da exploração capitalista, imperialista e colonialista.

Sem desconsiderar a importância da ideologia – neste caso em particular daquela que define a história como uma luta econômica de classes – é preciso dar a devida atenção ao componente racial das práticas e pensamentos ocidentais porque foi ele, ainda que sombreado, o viabilizador do imaginário de desumanidade de povos estrangeiros bem como da dominação exercida sobre eles (MBEMBE, 2018).

Não é novidade, portanto, o que o debate contemporâneo chama de pós-democracia, identificada pela descaracterização do princípio da soberania popular, da emergência de discursos intolerantes, da prevalência dos interesses econômicos externos sobre a política nacional e descontrole público das comunidades nacionais. Ao contrário, a heteronomia, isto é, a sujeição a uma lei exterior ou à vontade de outrem é frequentemente pré-requisito para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Em África não foi diferente: desde a Conferência de Berlim até os planos de ajuda econômica e financeira das instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), é notória a política de ingerência externa dos Estados centrais para garantir a integração do continente africano à ordem capitalista.

À medida que os investimentos externos crescem e ganham importância cada vez maior nas economias africanas, verifica-se um aumento na mesma proporção da drenagem dos recursos de África para o Centro do sistema e de restrições à plena utilização das potencialidades africanas, com destaque para o desenvolvimento das burocracias estatais e formação de burguesias nacionais capazes de fazer a gestão dos recursos, reinvestindo em setores estratégicos para garantir o desenvolvimento.

Trata-se de uma característica de economias subdesenvolvidas este impedimento da exploração de setores produtivos capazes de induzir crescimento e produção equilibrados, acompanhados de estrangulamentos que obstruem a interligação dos vários setores da economia, de modo que o rendimento de um beneficie os demais (RODNEY, 1975).

Foi a partir dessa visão que Akyuz e Gore (2001) decidiram revisar as explicações sobre o fraco desempenho econômico dos Estados africanos. Eles apontam justamente para o desmantelamento dos mecanismos de acumulação mediados pelas burocracias estatais promovido pelos programas estruturais de ajuste levados a cabo por burocratas do Banco Mundial e do FMI.

Enquanto nos países desenvolvidos a agricultura avançou junto com a tecnologia, nos países subdesenvolvidos – muitos deles essencialmente agrícolas, com pouca ou nenhuma indústria – a produção diminuiu, sobretudo na década de 1960. Forma-se, assim, um círculo vicioso no qual os excedentes agrícolas não são capazes de financiar a indústria e, pior ainda, acabam conduzindo o setor à obsolescência. (MKANDAWIRE, 2001).

A interferência política externa em África não é, portanto, prova de sua inferioridade ou atraso inatos. Mas, ao declarar protetorados ou colônias em determinadas regiões, as potências europeias, determinadas por sua lógica econômica, investiram contra o continente africano de modo a controlar ali matérias-primas e trabalho. No mesmo sentido, estabelecem-se impostos sobre comerciantes de outras nacionalidades, obrigando os agora competidores a fixar tarifas discriminatórias. Com a justificativa racista, exerce-se poder político direto sobre esses territórios. (RODNEY, 1975).

É dessa maneira, como veremos mais detalhadamente nas seções seguintes, que o impacto comercial da Europa, num primeiro momento, e de outras potências mais recentemente, atrasa os processos de integração e expansão política e econômica em África; com a restrição orçamentária e o reforço dos programas de ajuste que atravessam as experiências locais, desqualificando-as.

2. ESTADOS DESENVOLVIMENTISTAS AFRICANOS: UMA LEITURA À LUZ DA BIONECROPOLÍTICA

Como vimos acima, o resultado da colonialidade, que é a falência dos Estados africanos, a produção de pobreza e de morte no continente, deriva de aspectos fundamentais da ocupação colonial. São eles a apreensão, a demarcação e afirmação do controle físico e geográfico que inscrevem sobre o território um novo conjunto exógeno de relações sociais e espaciais.

Para Mbembe, é esse exercício de “territorialização” que produz as fronteiras e hierarquias que relegam o colonizado à zona difusa de um estatuto entre sujeito e objeto. Foi essa a lógica da Conferência de Berlim que compartimentou o continente africano durante a ocupação colonial e é a mesma razão que explica as constantes intervenções políticas e econômicas em África desde então.

A colonialidade é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico (MBEMBE, 2018, p.48). Sobre o primeiro aspecto, este é facilmente identificável nas prescrições dos planos de ajuste estrutural das instituições de Bretton Woods. De fato, a literatura que os precede generaliza as experiências desenvolvimentistas em África, localizando problemas conjunturais como estruturais ou intrínsecos das sociedades africanas. A diferenciação só aparece depois, entre aqueles que fizeram ou não os ajustes.

Em última análise, essa leitura equivocada ajuda a nutrir o preconceito contra as burocracias estatais africanas, nublando a visão sobre suas reais capacidades e fraquezas e ignorando possíveis lições sobre o processo de criação dos Estados desenvolvimentistas, que são compostos por elementos estruturais e ideológicos.

O nexos ideologia-estrutura é o que diferencia os Estados desenvolvimentistas dos demais. Quanto à ideologia, esta deve sustentar que a missão do Estado é assegurar o desenvolvimento econômico, usualmente interpretado como o aumento dos índices de acumulação e industrialização. E para que o projeto desenvolvimentista se torne hegemônico, é necessário que as elites sejam capazes de estabelecer este ideal, ao qual os principais atores da nação devem aderir voluntariamente.(MKANDAWIRE, 2001).

Nota-se, então que tal definição de Estado desenvolvimentista atrela o desenvolvimento econômico à força do Estado e sua capacidade de equacionar o sucesso econômico resultante de suas políticas que será, por sua vez, sua medida de eficiência. Mas como ser bem-sucedido quando parte importante da literatura desqualifica sua prática e impõe novas técnicas que desconsideram sua realidade?

Mkandawire, identifica que até pelo menos a metade dos anos 1970 diversos exemplos de Estados africanos que poderiam ser qualificados como desenvolvimentistas

mas que, por conta das adversidades trazidas pela expansão econômica apressada pelos planos econômicos das duas décadas subsequentes, agora são vistos como “anti-desenvolvimentistas”.

O autor percebe ainda que a principal força por trás da ideologia desenvolvimentista é o nacionalismo. Esse é um ponto central da crítica das instituições financeiras internacionais (IFIs), que apelam para uma governança tecnocrática e “despolitizada” que supostamente produziria as medidas necessárias para o desenvolvimento, quase espontaneamente.

São a fé no mercado e uma visão minimalista do Estado que norteiam o relatório *Adjustment in Africa* (1994), produzido pelo Banco Mundial que insiste em rivalizar mercado e estado, maniqueísmo que impede a evolução do planejamento do desenvolvimento. Ocorre que, em África, os Estados desenvolvimentistas desempenham um papel central no processo de desenvolvimento, corrigindo falhas dos programas de ajuste estrutural, inclusive. (MKANDAWIRE, 2001).

Isso não foi suficiente, no entanto, para que Banco Mundial e FMI reconhecessem a importância das políticas e estratégias estatais, consideradas pelas IFIs como meros simulacros do mercado e que poderiam ter sido melhores se não houvesse qualquer tipo de intervenção. No caso africano, como aponta Mkandwire são acrescentados mais dois argumentos: primeiro, mesmo se as políticas industriais tivessem funcionado, os Estados africanos são fracos demais para não ser capturados por interesses paroquiais. Em segundo lugar, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), essas políticas não eram mais aceitáveis ou somente eram permitidas em períodos e termos muito restritos.

Assim, espalha-se a construção teórica contra a intervenção estatal, acompanhada da ascensão ideológica do neoconservadorismo econômico nas principais IFIs e nos países centrais de onde provêm o maior fluxo de investimentos. Inclusive o discurso de ajuda humanitária passa a vir acompanhado do anti-estatismo neoliberal. Mais recentemente, com a globalização, são reforçados os discursos que reverenciam as forças de mercado e, no plano doméstico, a associação entre intervenção estatal e regime autoritário maculam virtualmente qualquer envolvimento estatal nos rumos da economia. (MKANDAWIRE, 2001).

Com as crises sistêmicas na primeira década do século XXI, há uma reformulação do discurso fatalista em relação aos Estados desenvolvimentistas africanos, admitindo-se a partir de então possíveis falhas do mercado. Contudo, seja qual for o grau ou a extensão dessas falhas esses Estados não são capazes de corrigi-las sem causar danos ainda maiores.

Se as lideranças desenvolvimentistas em África no imediato pós-independência preocupavam-se sobretudo com a construção de uma política nacional, os líderes contemporâneos, sob o espectro do neoliberalismo, parecem mais preocupados com o

aspecto econômico do processo. Enquanto os primeiros associavam o capitalismo a controle externo, os últimos parecem relevar tal fato em busca de melhores indicadores de crescimento que os legitimem (MKANDAWIRE, 2001).

Esses líderes preocupam-se também com as avaliações das IFIs, mais do que com as demandas internas, incluindo capital doméstico. Conforme já mencionado anteriormente, os investidores externos tendem a ter uma visão preconceituosa dos capitalistas africanos, classificados, nas palavras de Mkandawire (Mkandawire 2001, p.296), como “parasitas incapazes de desenvolver empresas que possam competir internacionalmente”.

Aos poucos, o contraste entre a adesão ao neoliberalismo (considerado por muitos sinônimo de neocolonialismo quando se trata dos países subdesenvolvidos) e a perseguição de um ideal tão intrinsecamente nacional quanto o desenvolvimento fica evidente e quase torna esses dois movimentos mutuamente excludentes no caso africano.

Mesmo com todos esses percalços, porém, da independência até as crises da década de 1980 com o choque do petróleo e a queda brusca dos preços de várias commodities, as performances dos Estados africanos se aproximaram das de outros países em desenvolvimento no mesmo período, como demonstra a tabela elaborada pelo professor Thandika Mkandawire a partir de dados liberados pelo Banco Mundial em 1998:

TABELA 1 – Taxa média de crescimento entre 1967-1980 dos países com melhor performance

Country	Average growth rate
1. Botswana	14
2. Singapore	10
3. Korea, Rep.	10
4. Brazil	9
5. Ecuador	8
6. Gabon	8
7. Hong Kong	8
8. Dominican Republic	7
9. Paraguay	7
10. Lesotho	7
11. Thailand	7
12. Kenya	7
13. Malaysia	7
14. Cote d'Ivoire	7
15. Indonesia	7
16. Seychelles	7
17. China	7
18. Belize	7
19. Mexico	7
20. Swaziland	6
21. Fiji	6
22. Costa Rica	6
23. Congo, Rep.	6
24. Rwanda	6
25. Guatemala	6
26. Colombia	6
27. Nigeria	6

A despeito dos resultados econômicos satisfatórios, o discurso da impossibilidade em relação aos Estados desenvolvimentistas africanos continua ressoando até os dias atuais. Eles desajustam de tal maneira o continente africano que acabam por produzir provas da ineficiência dos Estados desenvolvimentistas em África. Sob pretexto de evitar o clientelismo e o rentismo parasitário, o Estado é, nas palavras de Mkandawire, “espremido fiscal e politicamente” (MKANDAWIRE, 2001, p. 306). Consequentemente, há um reforço das medidas que corroem as capacidades políticas e econômicas dos Estados africanos, ainda que os discursos mais recentes expressem preocupação com boa governança e *capacity building*.

Resta claro que o Estado desenvolvimentista é uma construção social promovida por atores políticos e sociedades. E é justamente na administração da dinâmica de acumulação que Akyuz e Gore se detêm. Eles observam ainda a interação entre fatores internos e externos na conformação desse processo, para ele mais relevantes do que comparações estatísticas.

Segundo Akyuz e Gore (2001), em nenhum outro lugar do mundo programas de ajuste estrutural foram tão intensamente aplicados quanto na África Subsaariana. Suas políticas, desenhadas para aumentar a contribuição da agricultura em outros setores da economia na verdade impediram o crescimento do setor agricultor, falhando em seu objetivo original.

O biopoder, segundo aspecto da colonialidade em análise no presente trabalho, aparece na reorganização das relações domésticas que regulavam a agricultura familiar responsável pela maior parte da produção de alimentos em África. Essas interações, atravessadas por questões de gênero e de etnia – sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra e a divisão do trabalho – seguiam uma lógica de subsistência. Poucas eram as lavouras domésticas totalmente inseridas na economia de mercado (AKYUZ E GORE, 2001).

Quando a entrada forçada do continente africano na lógica de acumulação capitalista inicia, é a biopolítica que reorganiza as relações de trabalho e de produção locais. Cabe ressaltar que a ausência de trabalho excedente é uma característica importante das economias Africanas nas décadas de 1960 e 1970 (AKYUZ E GORE, 2001, p. 274). Adicionalmente, há pouca demanda externa para os principais alimentos cultivados em solo africano como mandioca, inhame, banana da terra, painço (África central e oeste) e milho branco (Sudeste e Leste africanos).

Além disso, os preços das commodities são muito voláteis; dependem de questões climáticas e de mercado que estão fora do alcance dos governos locais de modo que é difícil garantir que os lucros gerados pela produção agrícola serão capazes de ser reinvestidos no setor a fim de aumentar sua produtividade e menos ainda de impulsionar a industrialização.

Uma solução que parece óbvia, dadas as condições das economias africanas, seria buscar ajuda externa. Contudo, os recursos, quando disponíveis, apareciam em forma de subsídios para a compra de fertilizantes ou sementes, por exemplo, restando muito pouco para infraestrutura e pesquisa necessárias à formação de capital agrário e crescimento produtivo (AKYUZ E GORE, 2001).

Em resumo, o principal problema nas primeiras tentativas de industrialização em África relacionam-se à falta de preocupação com o crescimento do setor agrícola e com a competitividade industrial (uma vez que a burguesia nacional era tida moralmente incapaz). Mais recentemente, a dificuldade parece estar na busca desmedida pelas forças do livre mercado e consequente negligência das respostas dos mercados e empresas domésticos, das estruturas físicas e humanas, e das instituições.

Na prática, o engajamento na ordem neoliberal trouxe um viés muito hostil às classes empresariais nacionais africanas e às intervenções estatais em qualquer esfera. Desmantelam-se os mecanismos de acumulação de capital mediados pelos Estados sem que nenhuma alternativa viável seja apresentada.

3. VÍNCULO POLÍTICO DO NEOLIBERALISMO COM A SUA PRÓPRIA RAZÃO: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E INSTABILIDADE MONETÁRIA

Na seção anterior, procuramos demonstrar sob quais condições práticas se exercem o poder disciplinar e de organização da vida. Cumpre desenvolver agora o exercício da capacidade de deixar viver ou expor à morte. Faremos isso, mais uma vez, identificando os sujeitos-objetos dessa bionecropolítica, quais sejam as populações dos Estados africanos.

O exercício do necropoder que nos escandaliza hoje, foi facilitado pelos estereótipos racistas do período colonial que se “atualizaram” na era industrial pelo “florescimento de um racismo de classe” (Mbembe, 2018, p.21) responsável pela tradução dos conflitos sociais dessa nova fase de acumulação em termos racistas. Desse modo, as classes trabalhadoras do mundo industrial equivalem aos “selvagens” do mundo colonial.

Vimos até agora como a organização heterônima do território africano vem solapando as experiências desenvolvimentistas dos Estados daquele continente, de forma que os campos políticos “interno” e “externo” quase não se distinguem.

A novidade trazida por Mbembe em *Necropolítica* diz respeito à mobilidade das operações militares que garantem o exercício do direito de matar e que já não são monopólio exclusivo dos Estados. Para ilustrar sua tese o autor cita o exemplo da África, “onde a economia política do Estado mudou drasticamente ao longo do século XX. Muitos Estados africanos já não podem reivindicar monopólio sobre a violência e sobre os meios de

coerção dentro de seu território. Nem mesmo podem reivindicar monopólio sobre seus limites territoriais” (MBEMBE, 2018, p.53).

Quando a coerção se torna produto do mercado, a mão de obra militar transforma-se em mercadoria e pode ser comprada e vendida sem que a identidade de compradores e vendedores apareça; ela nem mesmo importa muito. Assim nascem as milícias urbanas e todo tipo de segurança privada compostas pelo que Mbembe chama de “soldados-cidadãos, crianças-soldados e merceneários”. São organizações difusas e metamorfas que podem ser manejadas por diferentes atores e em diversas ocasiões, de acordo com os seus interesses.

Essas “máquinas de guerra” (Mbembe, 2018, p.55) podem, inclusive, cunhar seu próprio dinheiro. Forjando ligações diretas (ou seja, sem interferência dos governos locais) com redes transnacionais, são capazes de financiar a extração e exportação de recursos naturais localizados nos territórios que controlam. Tal movimento, constata Mbembe, está intimamente ligado com o desmonte estratégico das capacidades dos Estados pós-coloniais, aqui tratados como desenvolvimentistas, de construir seus fundamentos econômicos e ordem política.

Nesse sentido, todos os escritores que serviram de fonte bibliográfica para este trabalho convergem para a constatação de Achille Mbembe de que foi no imediato pós-independência que se estabeleceu claramente a relação entre instabilidade monetária e fragmentação espacial.

Um exemplo claro desse processo é o franco CFA (Comunidade Financeira Africana), moeda existente desde o período colonial, lastreada ao franco e depois ao Euro, e cuja emissão é paga pelo Tesouro francês. Hoje, a ex-metrópole e as ex-colônias já não compartilham a mesma moeda, mas a política cambial e outros mecanismos que poderiam ser utilizados de forma contracíclica pelos Estados da Zona Franco continuam subjugados à economia francesa de certa forma¹.

A partir de 1980, como citamos, há uma série de experiências devastadoras de desvalorização monetária – que, reiteramos, são facilitadas pelo status de objeto atribuído pelo racismo às nações africanas – seguidas de ciclos de hiperinflação que culminaram em substituições de moedas e outras medidas drásticas.

Com a desvalorização crescente das moedas nacionais frente ao dólar, há uma escassez geral de liquidez, uma vez que os recursos estão concentrados em IFIs que impõe condições para concessão de empréstimos cada vez mais rígidas. Os acordos com as instituições de Bretton Woods capturam os Estados africanos e intensificam sua dependência por meio de dívidas. Este é um aspecto central do vínculo político com a razão neoliberal. São as obrigações que determinam o valor e utilidade de indivíduos e grupos de

1 Para saber mais sobre a zona franco e o impacto do franco CFA sobre as economias da União Econômica e Monetária do Oeste Africano, ler IDRISSE, 2013. O autor faz também uma comparação sobre as experiências linguísticas e monetárias da África Francesa em comparação com a Inglesa (ECOWAS).

indivíduos; se esse valor e utilidade não ficam bem demonstrados, os indivíduos podem ser simplesmente destituídos, como escravos ou clientes. (MBEMBE, 2018).

Os ajustes estruturais que condicionam a cessão de crédito aos países africanos os constroem no âmbito fiscal ao mesmo tempo em que elevam a fragmentação do controle sobre o dinheiro público (MKANDAWIRE, 2001). De acordo com, Akyuz e Gore (2001), na África Subsaariana cerca de 80% da dívida externa é pública e garantida por IFIs multilaterais.

Aí está a explicação para a mudança na lógica da ajuda humanitária e para a crescente restrição de acesso a financiamento para o desenvolvimento do continente africano. É nessa lacuna que surgem “alternativas” como os investimentos chineses e brasileiros. Em certo sentido, pode-se dizer que a África está revivendo as mesmas experiências uma vez mais. Os Estados desenvolvimentistas africanos ainda procuram atrair investimentos estrangeiros com uma série de incentivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo de mortos-vivos exposto por Achille Mbembe em seu ensaio *Necropolítica* foi gestado no período colonial. De lá pra cá, sob o escudo do racismo, diversas experiências mortais vêm sendo aplicadas aos países subdesenvolvidos, em especial em África, à medida que o capitalismo se renova e as tecnologias avançam. A promessa de progresso político e econômico dá lugar a um cenário de instabilidade organizacional, fragmentação territorial e restrições monetárias que geram ainda mais pobreza, fome e morte.

Sem saída, as novas lideranças recorrem a fontes alternativas de recursos para o financiamento do desenvolvimento de seus Estados mas a realidade é que o desgaste continuado das burocracias estatais em África criou uma fissura grande o suficiente para que ainda no século XXI o continente se veja dependente de vontades exteriores.

Assim, as forças multidirecionais do neoliberalismo operam no sentido de engajar novos corpos em sua lógica, disciplinando alguns e eliminando outros tantos. É possível inferir, então, que não há nenhuma contradição entre o avanço do sistema capitalista e da heteronomia, mas que um serve ao outro, no sentido mesmo da economia.

5. BIBLIOGRAFIA

AKYÜZ, Yilmaz e GORE, Charles. **African economic development in a comparative perspective**. Cambridge Journal of Economics, 25, 265 – 288, 2001.

IDRISSA, Abdourahamane. **Divided Commitment: UEMOA, the Franc Zone, and ECOWAS**. Global Economic Governance Programme Working Paper 2013/77, Universidade de Oxford.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições. 2ª edição. São Paulo, 2018.

MKANDAWIRE, Thandika. **Thinking about developmental states in Africa**. Cambridge Journal of Economics, 25, 289 – 313, 2001.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Ed. Seara Nova, 1975